
Sumário Executivo

2022



ANM

Agência
Nacional de
Mineração

ANM EM NÚMEROS



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Macroprocessos	Itens	Metas Intermediárias	Meta	Resultado Alcançado	Alcance da meta)	Performance X Peso intermediário	Resultado Global Por Indicador
OUTORGA	M1	M 1.1 Taxa de Outorga de Título de Lavra (TO)	70%	96,8%	100,0%	33,3%	30,0%
		M 1.2 Taxa de Análise de Requerimento de Autorização de Pesquisa (TARP)	70%	103,0%	100,0%	33,3%	
		M 1.3 Taxa de Disponibilidade de Áreas em Oferta Pública (TDAOP)	10%	12,7%	100,0%	33,3%	
FISCALIZAÇÃO	M2	M 2.1 Taxa de Fiscalização da Produção Mineral (TFPM)	70%	88,0%	100,0%	30,0%	29,9%
		M 2.2 Taxa de Segurança de Barragens (TSBM)	90%	92,6%	100,0%	30,0%	
		M 2.3 Taxa de Análise de Relatório Final de Pesquisa (TRFP)	70%	104,8%	100,0%	25,0%	
		M 2.4 Taxa de Eficiência de Fiscalização e Cobrança de Receitas (TEFCR)	80%	77,9%	97,4%	14,6%	
SUPORTE	M3	M 3.1 Taxa de Consolidação do Controle de Bens de Almoxarifado (TCCBA)	70%	83%	100,0%	40,0%	10,0%
		M 3.2 Taxa de Implantação e Participação da SAF e Gerências Regionais no PGOR (TPSAFP)	60%	84%	100,0%	20,0%	
		M 3.3 Taxa de Redução dos Gastos de Energia Elétrica na ANM Sede e nas Gerências Regionais (TRGE)	80%	97%	100,0%	40,0%	
REGULAÇÃO	M4	M 4.1 Taxa de cumprimento da Agenda Regulatória (TCAg)	50%	57,72%	100,0%	100,0%	30,0%
IDIM= M1+M2+M3+M4							99,88%



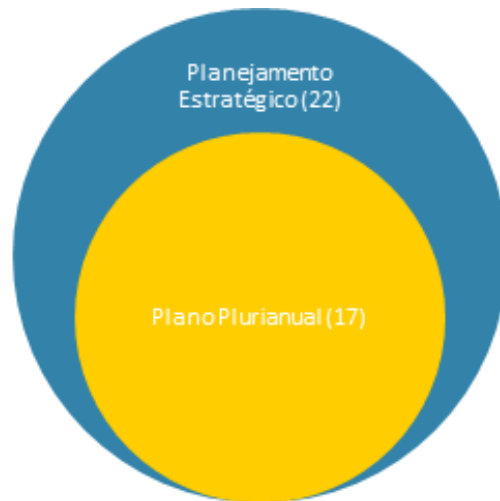
MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

MISSÃO OBJETIVO		Item	INDICADORES	META 2022	Resultado 2022	
SOCIEDADE	Missão Promover o acesso e uso racional dos recursos minerais, gerando riquezas e bem-estar para a sociedade	P G A	1.0 Imagem da ANM perante os públicos de interesse	75%	60,50%	
		1 Gerir recursos com eficiência e transparência	1.1 Índice de etapas de projetos estratégicos concluídas	X	N/A	
	1.2 Índice de implementação do Programa de Governança Cooperativa		75%	61%		
	1.3 Aplicação de recursos em projetos estratégicos		25%	13%		
PROCESSOS INTERNOS	2 Aprimorar a regulação tendo como foco a SUSTENTABILIDADE, desburocratização e a ampliação da liberdade econômica	P P P G A	2.1 Índice de cumprimento da Agenda Regulatória	40%	57,72%	
		P P P G A	2.2 Índice de redução da Categoria de Risco de Barragens de Mineração	79%	68,0%	
		P P P G A	2.3 Índice de redução do fardo regulatório (\$)	1BI	496 M	
	3 Atuar de forma transparente e participativa com os diversos públicos	P P G A	3.1 Índice de participação da Agência em projetos (legislativos e outros)	70%	67%	
			3.2 Índice de ações regulatórias submetidas a PPCS	100%	100%	
	4 Promover a celeridade, a acessibilidade e a ampliação dos canais de comunicação interna e externa	P P G A	4.1 Ranking do Grau de Satisfação com o Tempo de Resposta da Agência às demandas da Lei de Acesso à Informação	1º lugar	2º lugar	
			4.2 Índice de execução do Plano de Comunicação	55%	35,0%	
	5 Assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais	P P P G A	5.1 Redução do tempo de análise dos requerimentos de Lavra (Requerimentos: sem interferência, bloqueios, terra indígena, Comissão Nacional de Energia Elétrica, unidade de conservação e faixa de fronteira)		455 dias	1758 dias
			P P P G A	5.2 Índice de eficiência na constituição do crédito de cobrança de Receitas	62%	100,0%
		P P P G A	5.3 Índice de melhoria de processos de trabalho prioritário	70%	Descontinuado	
		P P P G A	5.4 Redução do tempo de análise dos requerimentos de Pesquisa (Requerimentos sem interferência)		210 dias	234,69
		P P P G A	5.5 Índice de disponibilização de áreas em Oferta Pública	80%	53,8%	
	APRENDIZADO E CRESCIMENTO	6 Desenvolver as pessoas e o ambiente, aprimorando os talentos e o desempenho institucional	P P G A	6.1 Índice de servidores desenvolvidos	60%	78%
6.2 Índice de Padronização de Ambientes das Unidades				47,0%	51%	
7 Garantir a atualização tecnológica contribuindo para gestão eficiente		P P G A	7.1 Índice de atualização de software comercial	100%	95%	
			7.2 Índice de renovação de hardware	100%	103%	
8 Fomentar uma cultura colaborativa		P P G A	8.1 Índice de Cumprimento de Ações de Fomento à Cultura Colaborativa	55%	70,0%	
9 Organizar e disponibilizar informações de interesse dos vários públicos de forma clara e transparente		P P G A	9.1 Índice de Organização e Disponibilização das informações	70%	87,5%	

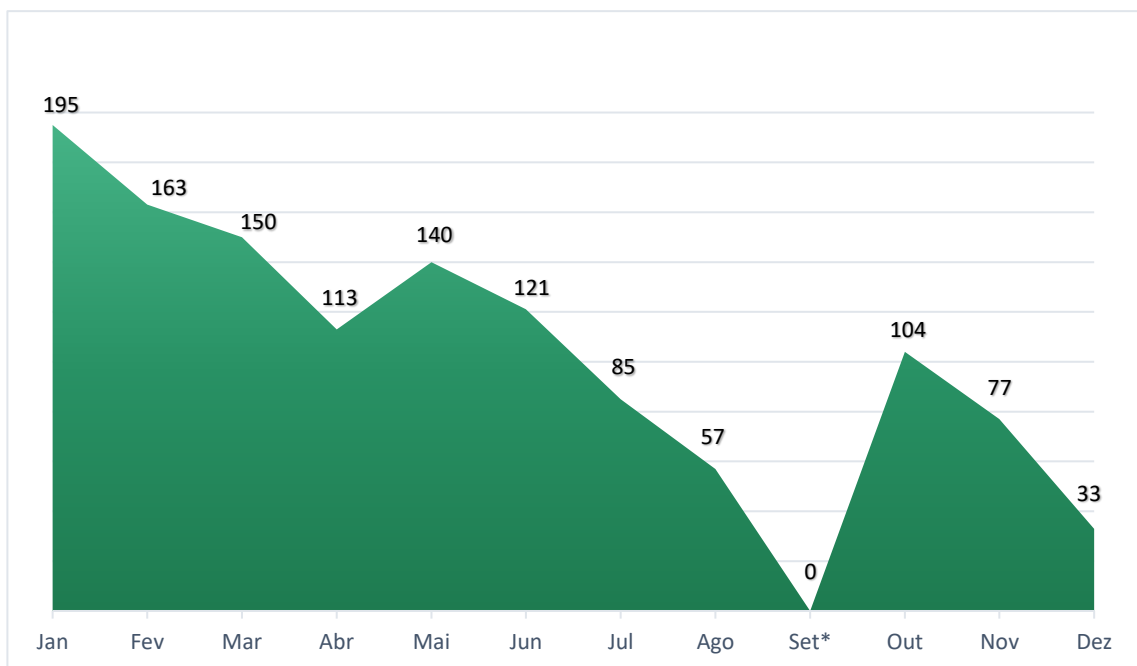


PLANO DE GESTÃO ANUAL

Como desdobramento da estratégia inserida, [o Plano de Gestão Anual](#) de 2022, a ANM adotou um portfólio de 17 metas e indicadores oriundas do Planejamento Estratégico e alinhadas com o Plano Plurianual.

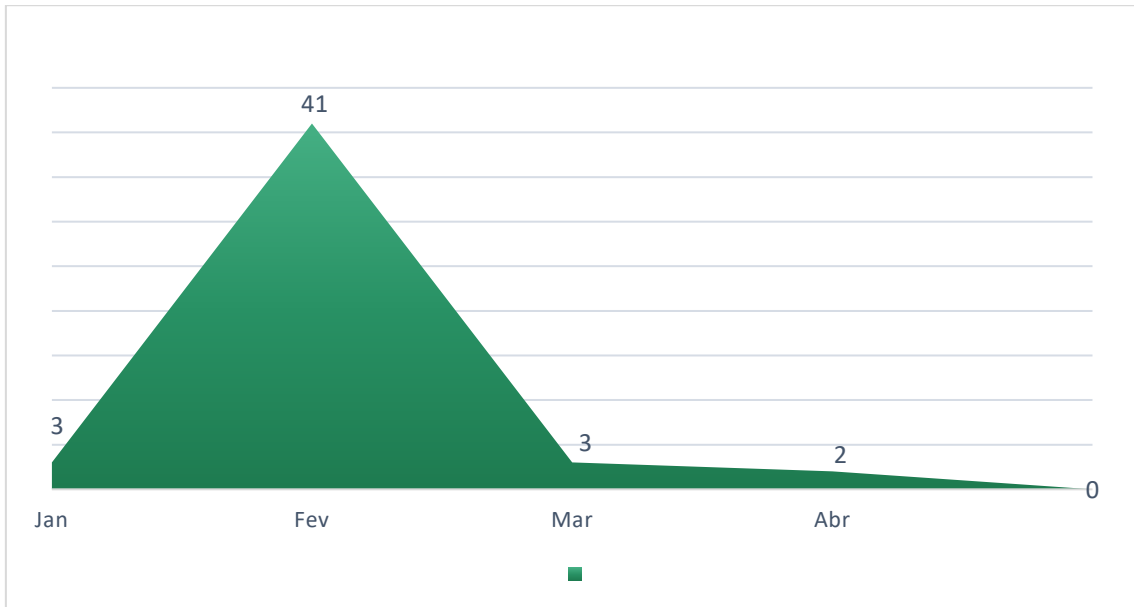


Processos deliberados nas Reuniões Ordinárias Públicas (ROP) da Diretoria Colegiada da ANM em 2022:



* Não houve ROP da Diretoria Colegiada no mês de setembro.

Processos deliberados nas Reuniões Extraordinárias Públicas (REP) da Diretoria Colegiada da ANM em 2022:



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE





REGULAÇÃO



Processos de Participação e Controle Social realizados no ano de 2022:

Projeto/Tema	Modalidade de PPCS	Período
Aprimoramento da Resolução ANM nº 122/2022	Tomada de Subsídio nº 2/2022	20/12/2022 a 02/02/2023
Disponibilidade de Áreas: Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)	Reunião Participativa nº 4/2022	18/11/2022 a 28/11/2022
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 2017: tributos incidentes	Tomada de Subsídio nº 1/2022	10/11/2022 a 09/12/2022
Regulamentação do processo administrativo sancionador da ANM	Audiência Pública nº 3/2022	01/11/2022 a 14/11/2022
Garantias Financeiras ou Seguros para Cobrir os Riscos Advindos da Atividade de Mineração	Reunião Participativa nº 3/2022	31/10/2022 a 31/10/2022
Regulamentação dos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998	Consulta Pública nº 3/2022	17/10/2022 a 22/11/2022
Alterações da Resolução ANM nº 95, de 7 de fevereiro de 2022, que consolida as normas regulatórias sobre segurança de barragens de mineração.	Reunião Participativa nº 2/2022	14/10/2022 a 14/10/2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

Garantias financeiras e seguros para cobrir os riscos advindos das atividades de mineração	Reunião Participativa nº 1/2022	28/09/2022 a 28/09/2022
Adequação dos regulamentos técnicos de água mineral para recepcionar novas tecnologias e simplificar procedimentos	Consulta Pública nº 2/2022	05/04/2022 a 04/07/2022
Rotulagem de água mineral e potável de mesa	Consulta Pública nº 1/2022	10/01/2022 a 10/03/2022
Declaração RAL 2022/2023 - com base nos novos conceitos trazidos pela Resolução ANM nº 94/2022	Reunião Participativa nº 5/2022	18/11/2022 a 25/11/2022
Minuta de Edital da 7ª Rodada de Disponibilidade de Áreas da ANM, que trata do regramento da Oferta Pública seguida de critério de desempate por Leilão	Audiência Pública nº 2/2022	25/10/2022 a 08/11/2022
Minuta de Edital da 6ª Rodada de Disponibilidade de Áreas da ANM, que trata do regramento da Oferta Pública e dos critérios de desempate por Avaliação Social	Audiência Pública nº 1/2022	10/06/2022 a 10/06/2022

Fonte: Sistema Participa ANM

Revisão do Estoque Regulatório

A revisão e a consolidação normativas promovidas pela ANM em 2022 contaram com o exame de 17 atos normativos, dos quais 8 foram revogados expressamente e 9 foram classificados como vigentes e consolidados em novos atos atualizados. Assim sendo, as entregas concluídas em relação ao projeto de Revisão do Estoque para o ano de 2022 foram as seguintes:

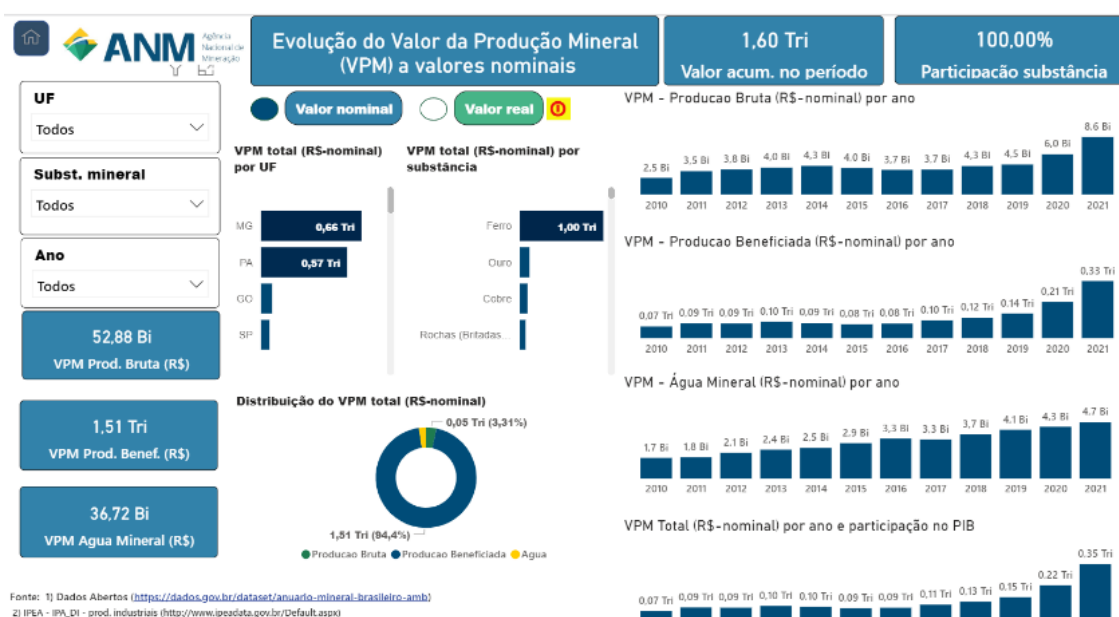
- ✓ [Resolução ANM nº 127, de 22 de dezembro de 2022](#): altera os artigos 246 e 254 da Portaria nº 155/2016, para simplificar os procedimentos para cessão e arrendamento de títulos minerários realizados dentro do mesmo grupo econômico;
- ✓ [Resolução ANM nº 124, de 1º de dezembro de 2022](#): revoga expressamente atos normativos com efeitos exauridos no tempo ou obsoletos, em cumprimento às disposições do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 (total de 8 atos administrativos correspondendo a 8 Pareceres Jurídicos);
- ✓ [Resolução ANM nº 122, de 28 de novembro de 2022](#): dispõe sobre os procedimentos para apuração das infrações, sanções e os valores das multas aplicáveis em decorrência do não cumprimento das obrigações previstas na legislação do setor mineral;
- ✓ [Resolução ANM nº 119, de 24 de outubro de 2022](#): consolida a regulamentação sobre requerimentos de autorização de pesquisa por meio do sistema de Requerimento Eletrônico de Autorização de Pesquisa Mineral - REPEM e dá outras providências;
- ✓ [Portaria ANM nº 1.125, de 08 de setembro de 2022](#): publica a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1º de agosto de 2022 e revoga a Portaria ANM nº 751, de 10 de março de 2021, e a Portaria ANM nº 986, de 13 de abril de 2022 (total de 137 atos);
- ✓ [Resolução ANM nº 106, de 2 de maio de 2022](#): consolidação dos atos normativos sobre emissão do Certificado do Processo de Kimberley (CPK) para exportação, anuência para importação e exportação de diamantes brutos, Cadastro Nacional do Comércio de Diamantes (CNCD) e Relatório de Transações Comerciais (RTC);
- ✓ [Resolução nº 95, de 7 de fevereiro de 2022](#): consolida os atos normativos que dispõem sobre o tema segurança de barragens de mineração; e
- ✓ [Resolução nº 93, de 3 de fevereiro de 2022](#): atualiza os valores dos Emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas previstas na legislação minerária, das vistorias de fiscalização e dos demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração - ANM, fixados através da Resolução ANM nº 58, de 11/02/2021, publicada no Diário Oficial da União de 12/02/2021 - Seção I.

Redução do Fardo Regulatório

Em relação ao Requerimento Eletrônico de Pesquisa Mineral (REPEM), os cálculos estimados indicaram uma redução do prazo de análise do requerimento de pesquisa de 728 dias para 34 dias, relacionados aos 20% dos requerimentos apresentados sem interferência, representando uma redução de fardo de **R\$ 126.913.717,00** (cento e vinte e seis milhões, novecentos e treze mil, setecentos e dezesseite reais) no ano de 2022, com base nas metodologias do *Office of Best Practice Regulation* (OBPR) e do *Office of Information and Regulatory Affairs* (OIRA).

Em relação às alterações do novo procedimento de Disponibilidade, instituídas através do Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas (SOPLA), a redução calculada a partir da mesma metodologia alcança a cifra de **R\$ 369.316.232,00** (trezentos e sessenta e nove milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e dois reais) no ano de 2022.

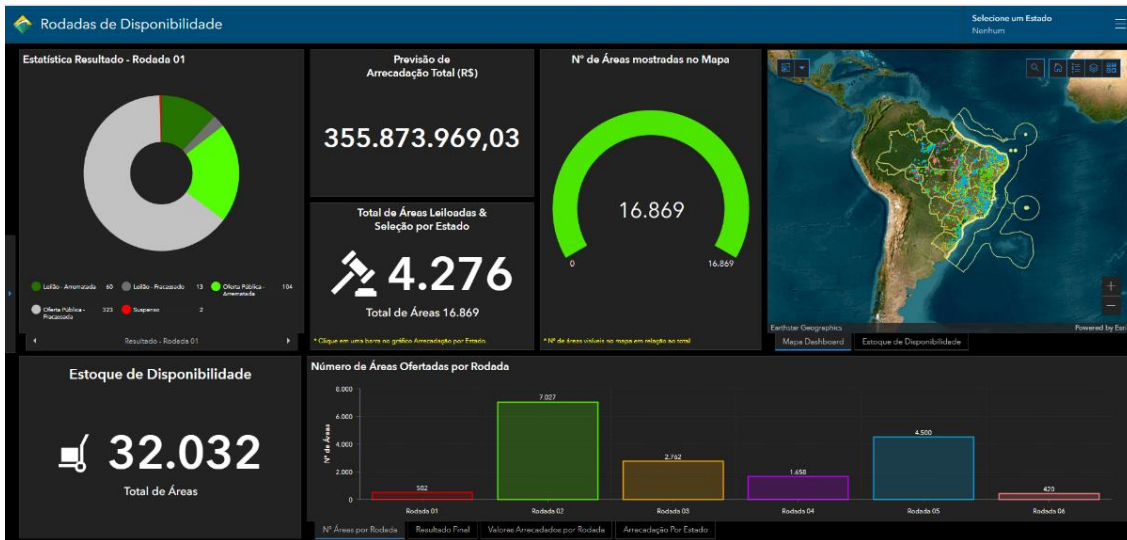
AMB (Anuário Mineral Brasileiro) Interativo



Lançamento, em agosto de 2022, da plataforma AMB Interativo, que fornece dados sobre quantidade e valor da produção, investimentos, arrecadação, porte e títulos minerários. Tem como principal finalidade dar transparência, agilidade e facilidade de acesso aos dados econômicos de forma a subsidiar análises e tomadas

de decisão. Acesso a plataforma em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/producao-mineral>

Dashboard de disponibilidade e estoque de áreas

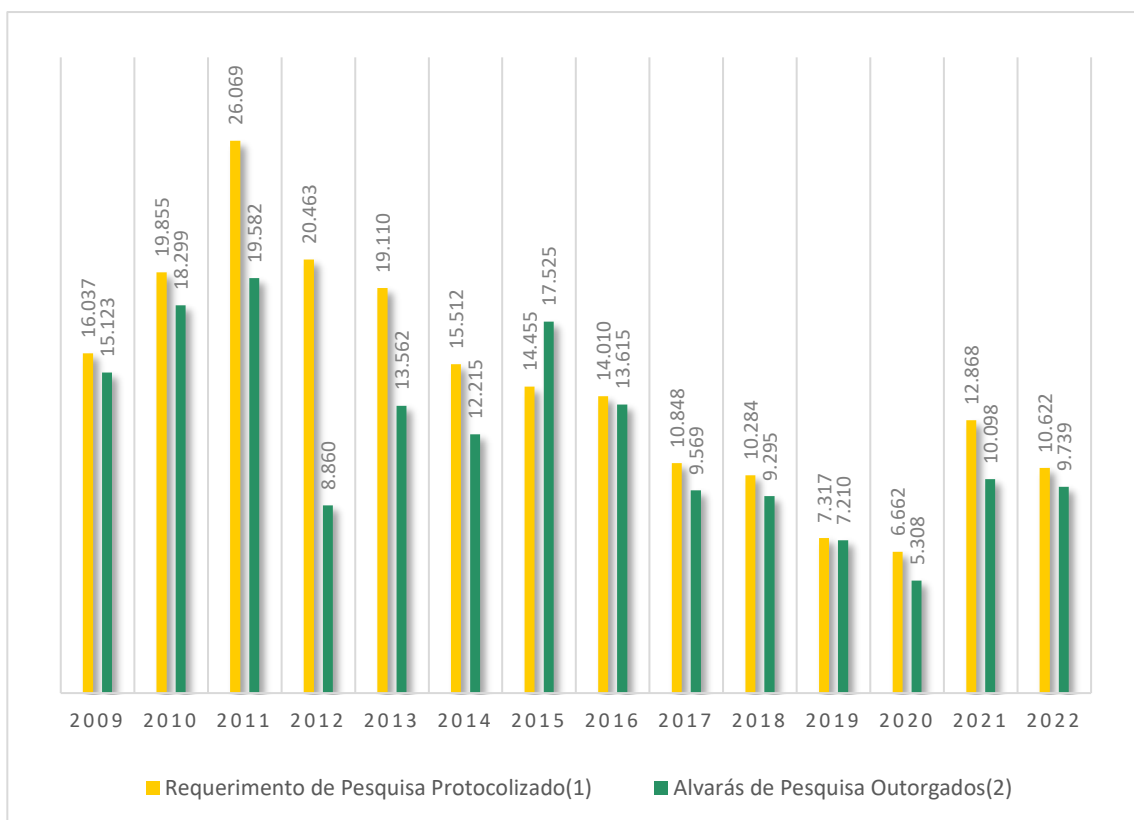


Apresenta uma síntese dos dados compilados das Rodadas de Disponibilidade apresentadas no Sistema de Oferta Pública de Leilão de Áreas (SOPLE), de forma clara, dinâmica e concisa.



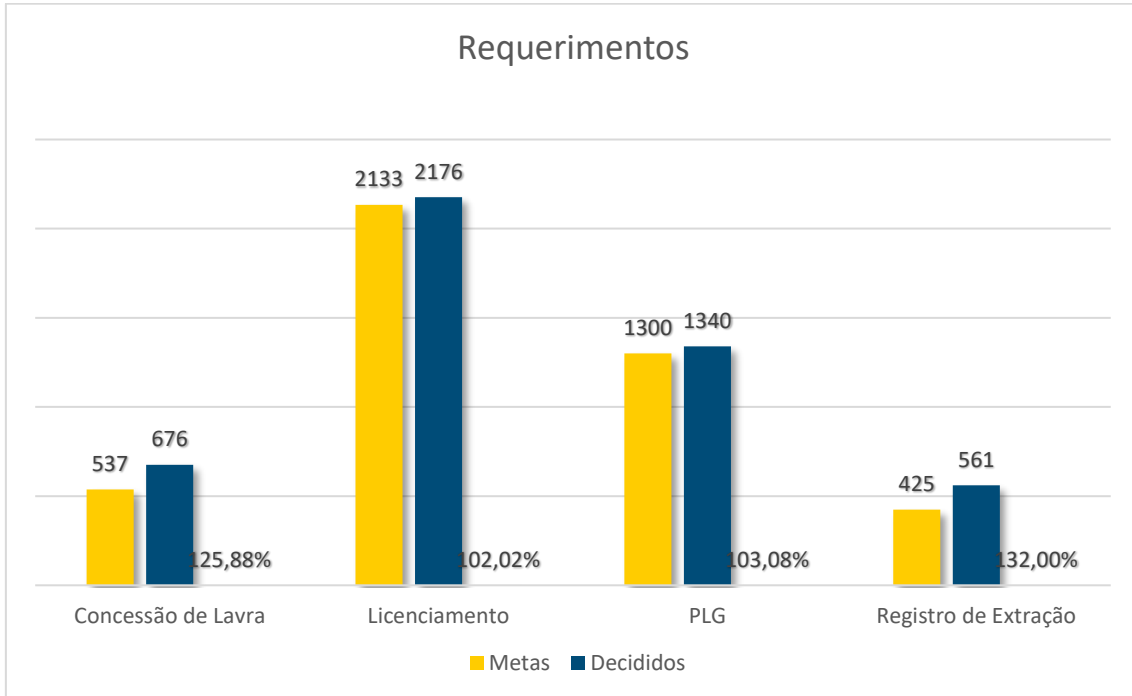
OUTORGA

Requerimentos de Pesquisa Protocolizados x Alvarás de Pesquisa Outorgados – 2009 a 2022:

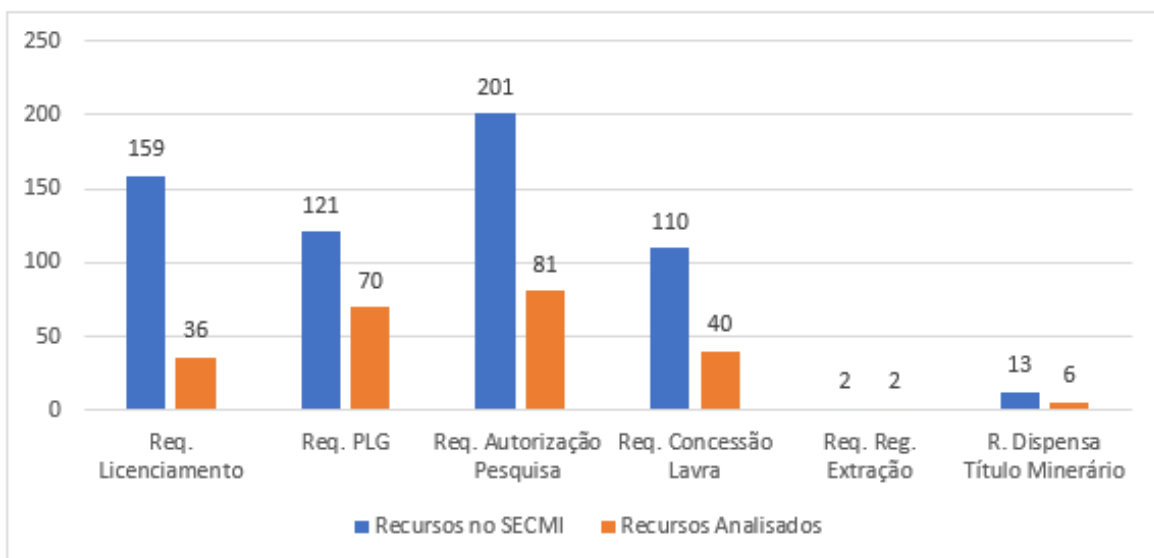


Fonte: (1) Fonte Estatísticas da Mineração no Brasil/Requerimentos Protocolados por Gerência Regional (pesquisa em 11/02/2022) (<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/mineracao-em-numeros>);
 (2) Fonte Estatísticas da Mineração no Brasil/Atos Publicados no Diário Oficial da União (pesquisa em 11/02/2022) (<https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/dnrm/colecoes/colecao-de-planilhas-estatisticas-atos-publicados>)

Requerimentos de títulos de lavra decididos



Recursos analisados por requerimentos



Procedimentos de disponibilidade de áreas posteriores a dezembro de 2016

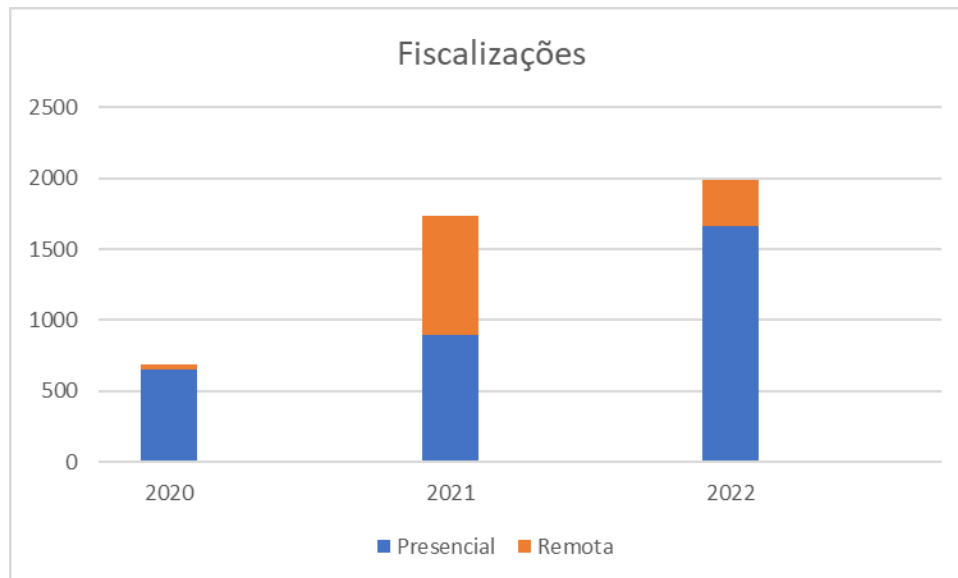
Edital de Oferta Pública e Leilão Eletrônico	Qte áreas em disponibilidade Oferta pública
Edital nº 1/2022 ¹ - Disponibilidade de Áreas - 6ª Rodada	420
Edital nº 2/2022 ² - Disponibilidade de Áreas - 7ª Rodada	4.584
Total	5.004

Fonte: Editais de oferta pública publicados no DOU, disponível em: <https://sople.anm.gov.br/portaublico>



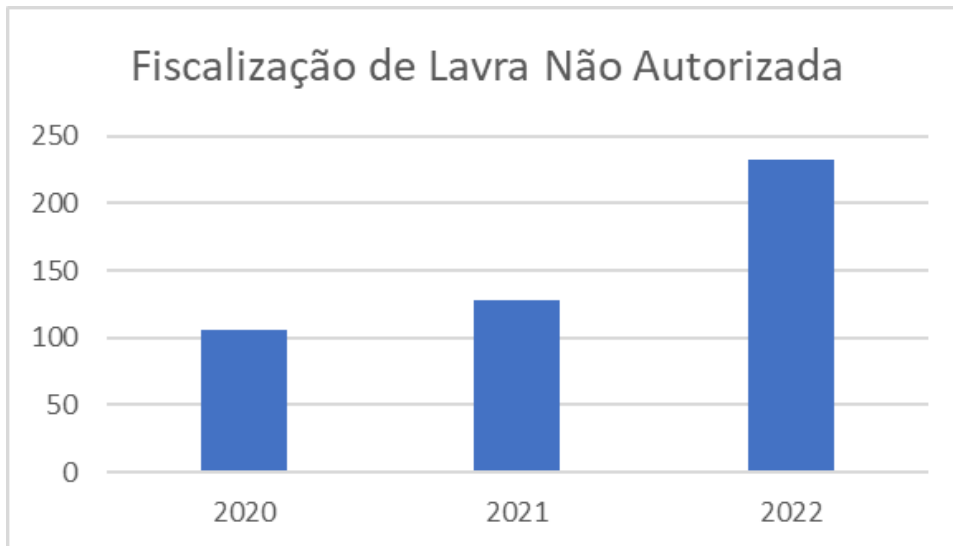
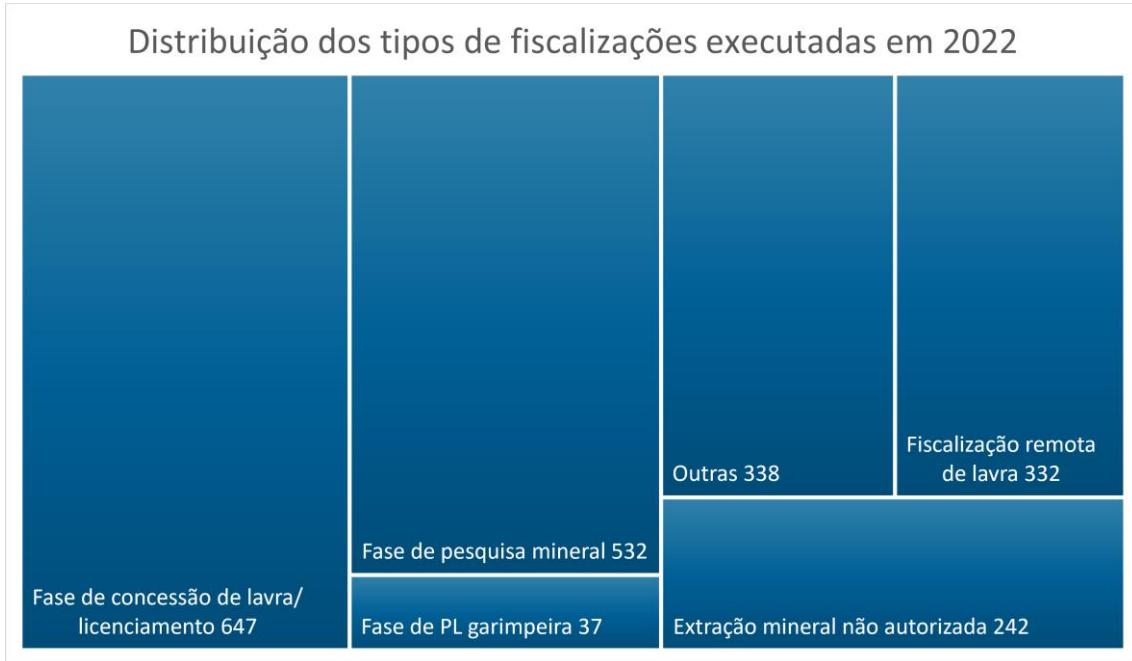
FISCALIZAÇÃO

Números das Fiscalizações em 2022

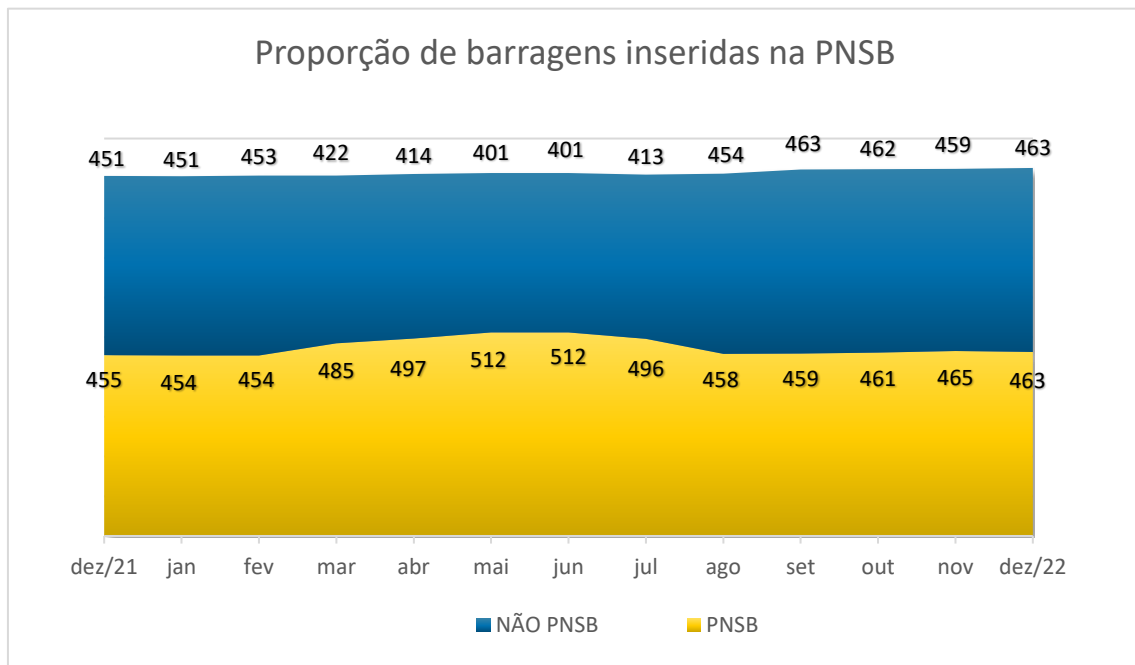
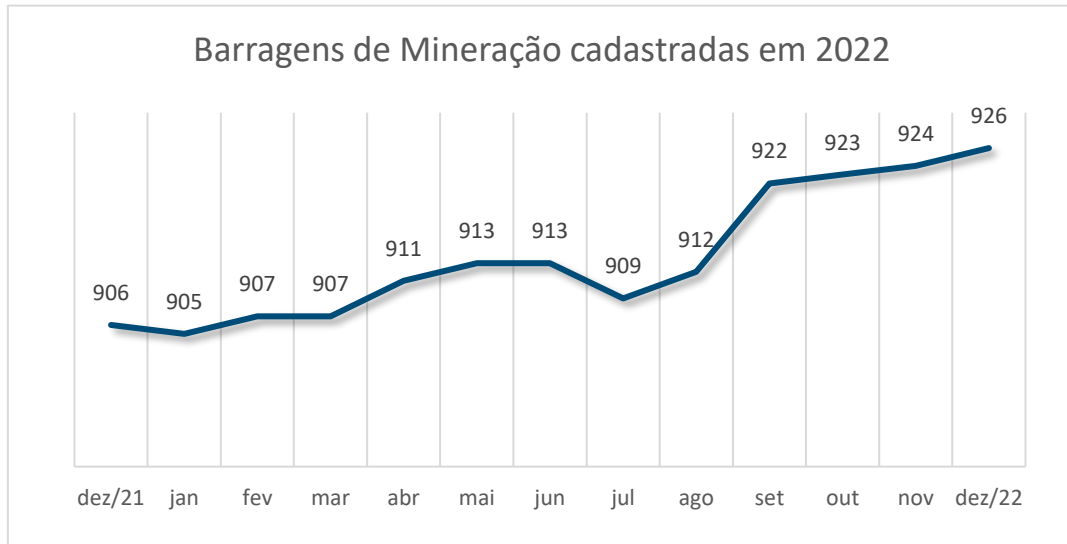


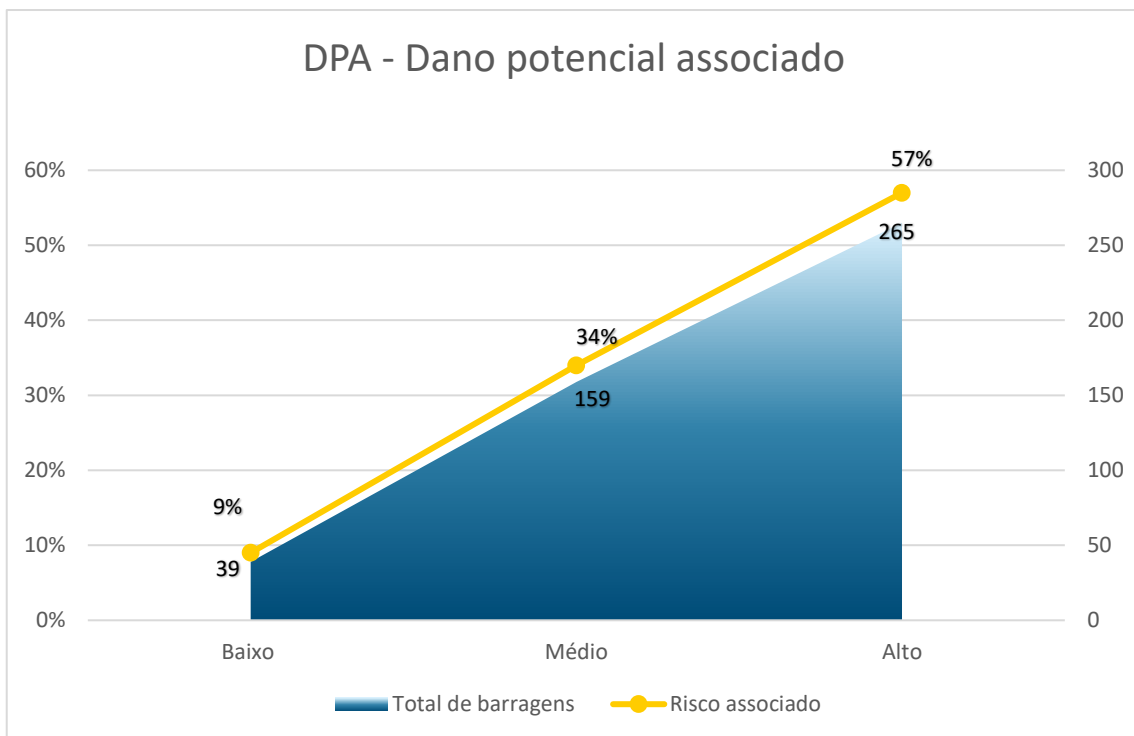
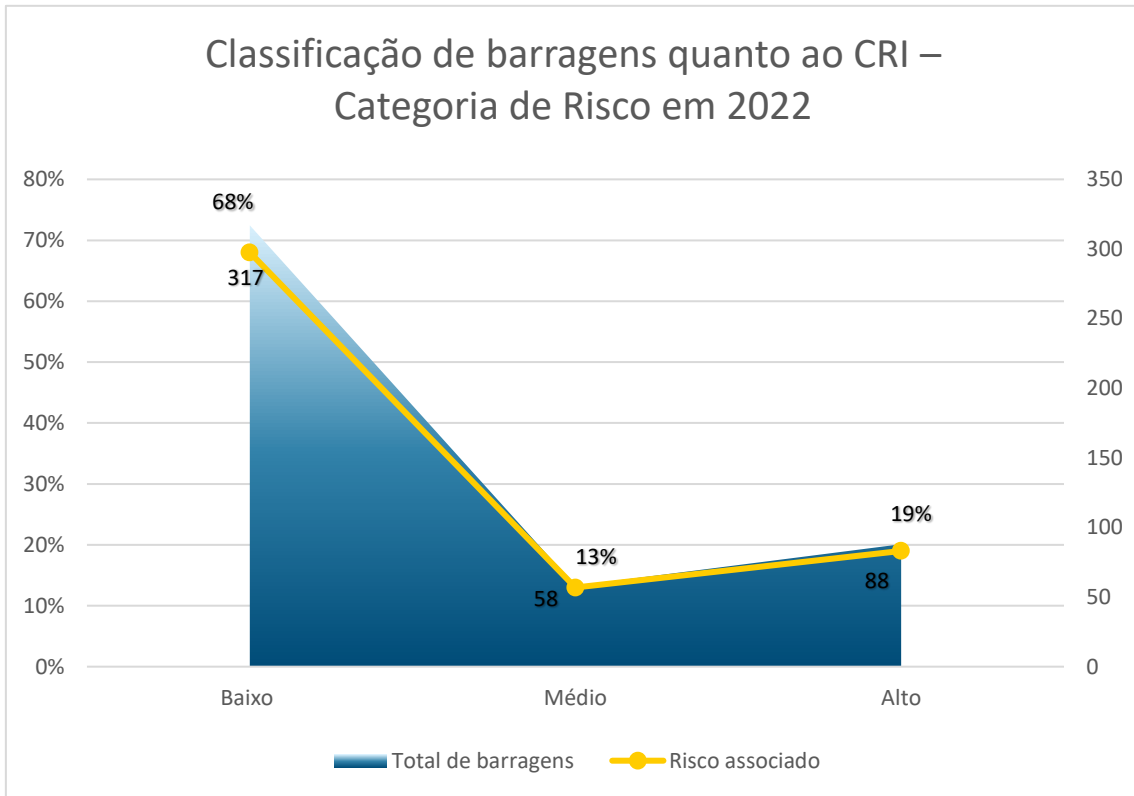
¹ Edital nº 1/2021 disponibilidade de áreas 3ª rodada: Processo SEI nº 48051.001161/2021-84 (finalizado em 2021).

² Edital nº 2/2021 disponibilidades de áreas 4ª rodada: Processo SEI nº 48051.002163/2021-91 (finalizado em 2021).

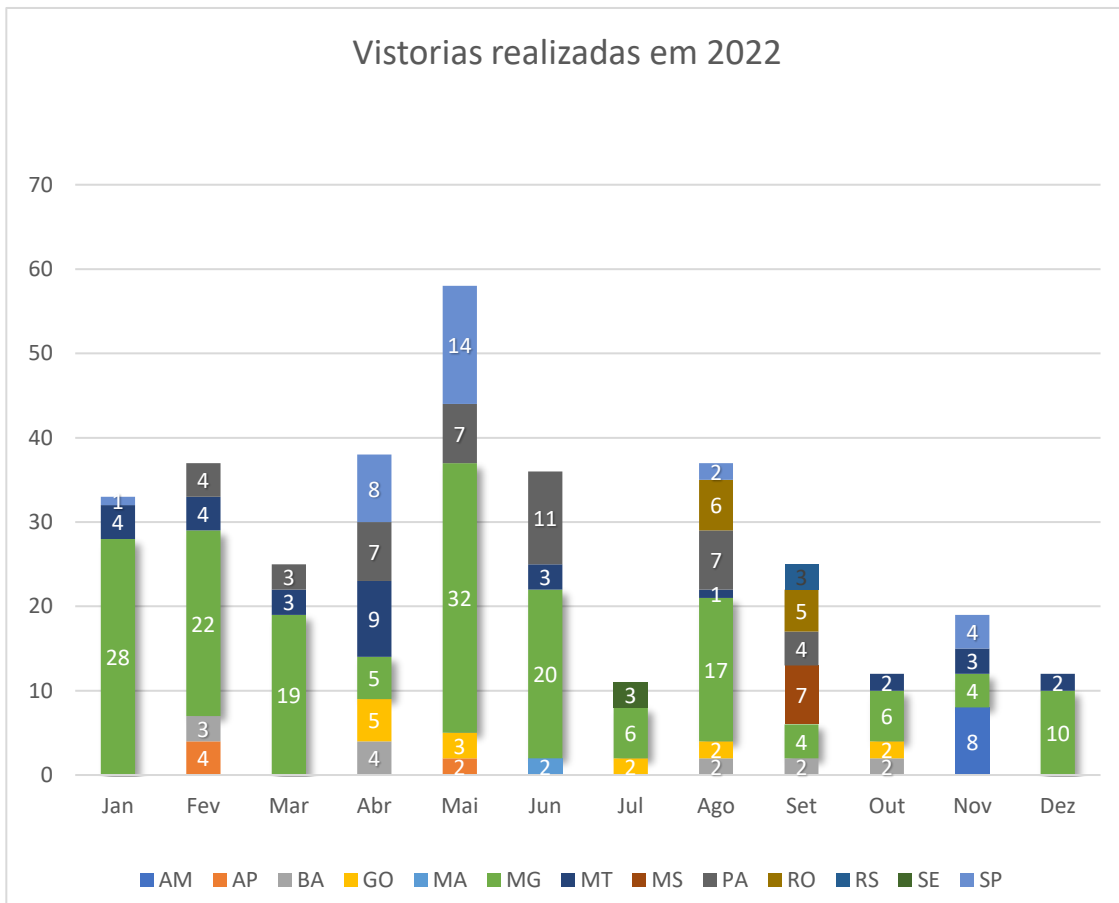


Fiscalização de Barragem de Mineração





	Nível de emergência			
	Alerta	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31/12/2021		30	7	3
31/12/2022	22	51	8	3
Variação (%)		70%	14%	0%



Fiscalização de Receitas

No [Relatório de Gestão anterior](#) a ANM sinalizou possível queda nos níveis de arrecadação e, de fato, estas previsões se concretizaram. Enquanto em 2021 a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) foi de R\$ 10.227.871.005,87, em 2022 foi de R\$ 7.016.411.665,40, ocasionando uma redução de 34,4%.

Título da Receita	Período de 01/01/2022 a 31/12/2022		
	ANM Arrecadação	PFE Dívida Ativa	Total Arrecadado
Exploração de Recursos Minerais (CFEM) recolhimento corrente	R\$ 7.003.519.400,86		
Exploração de Recursos Minerais (CFEM) inscrita em dívida ativa		R\$ 21.421.474,02	
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral (TAH) recolhimento corrente	R\$ 78.835.307,85		
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral (TAH) inscrita em dívida ativa		R\$ 6.825.138,05	
Multas previstas na Legislação Mineral recolhimento corrente	R\$ 12.173.455,24		
Multas previstas na Legislação Mineral inscrita em dívida ativa		R\$ 9.029.192,49	
Serviço Inspeção e Fiscalização (Vistoria) recolhimento corrente	R\$ 1.280.323,32		
Serviço Inspeção e Fiscalização (Vistoria) inscrita em dívida ativa		R\$ 41.634,21	
Leilão de áreas em disponibilidade	R\$ 39.650.863,17		
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	R\$ 15.687.825,05		
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	R\$ 13.129.937,93		
Compras e Publicações	R\$ 62.728,93		
STN - Outras Receitas	R\$ 8.070,51		
Total Arrecadado	R\$ 7.164.347.912,86	R\$ 37.317.438,77	R\$ 7.201.665.351,63

Fonte: Siafi 2022_Conta Contábil: 824210101 - Recolhimento do Principal, acesso 07.fev.2023

Gestão da Taxa Anual por Hectare (TAH) e Multas

AUTUAÇÕES DA TAH E COBRANÇAS DE RECEITAS (Exceto CFEM)		
Auto de Infração da TAH	2.858	
Imposição de Multa da TAH	4.195	
Nulidade do Alvará de Pesquisa	827	
Notificação Administrativa	TAH	1.684
	Multas	3.465
	Vistoria	96
Processos de Cobranças Instaurados	2746	
Processos de Cobranças Encaminhados para Dívida Ativa	436	

Apesar disso, foram instaurados 67 processos de cobranças que identificaram pagamento a menor de CFEM da ordem de R\$ 153,6 milhões de reais (tabela abaixo):

FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DA CFEM			
Empresas Fiscalizadas	Processos de Cobranças Instaurados	Valores de Operações	Valores Notificados de Débitos (R\$)
17	67	R\$12.374.178.098,44	R\$153.656.601,00

Transparência na distribuição da CFEM

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no exercício de 2022 totalizou a cifra de mais de R\$ 7 bilhões relativos ao recolhimento corrente, cujos recursos são distribuídos aos entes federados de acordo com os percentuais discriminados no quadro a seguir:

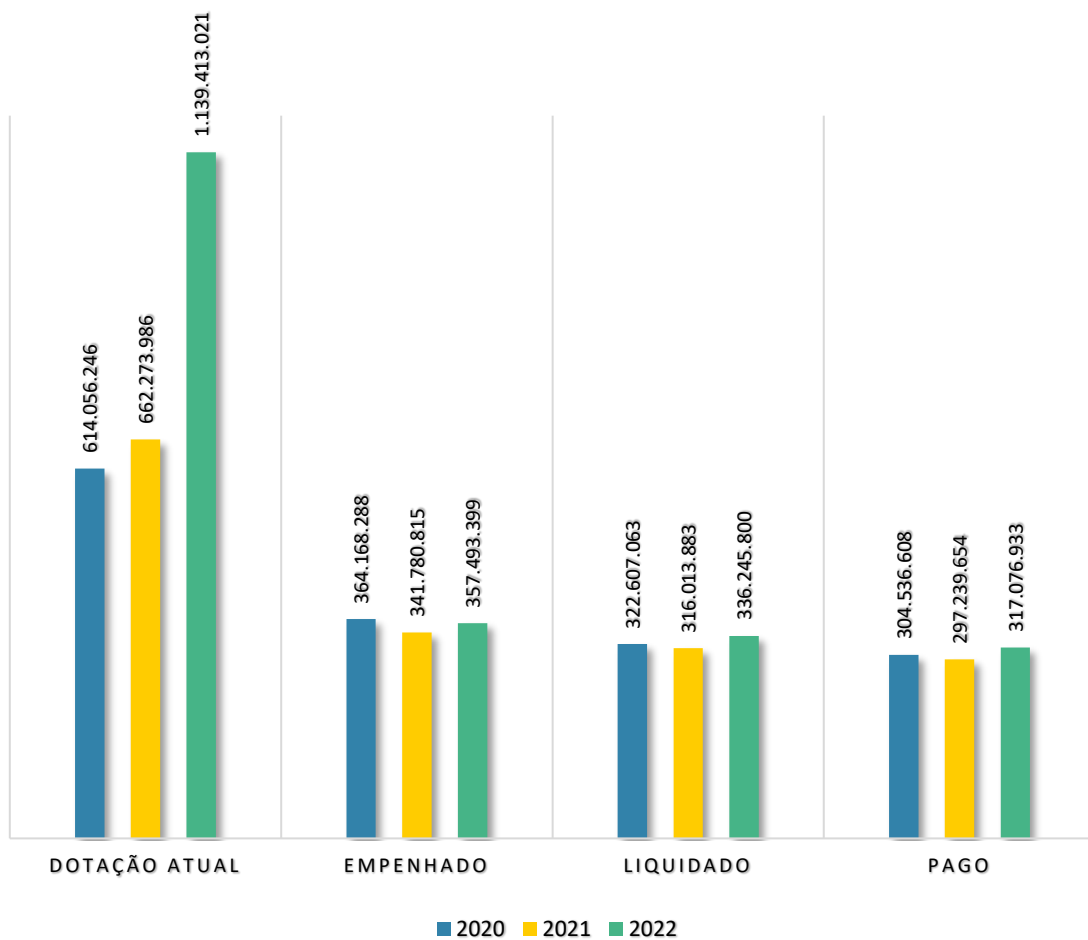
DISTRIBUIÇÃO DA CFEM		
PARTILHA DA CFEM ENTRE OS ENTES FEDERADOS		
Entes Federados	Percentual	Previsão Legal
ANM	7%	Inc. I, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
FNDCT	1%	Inc. II, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
CETEM	1,80%	Inc. III, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
IBAMA	0,20%	Inc. IV, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
DF e Estados	15%	Inc. V, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
DF e Municípios	60%	Inc. VI, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990;
DF e Municípios Afetados pela Ativ. De Mineração (*)	15%	Inc. VII, § 2º, Art. 2º da Lei nº 8.001/1990.

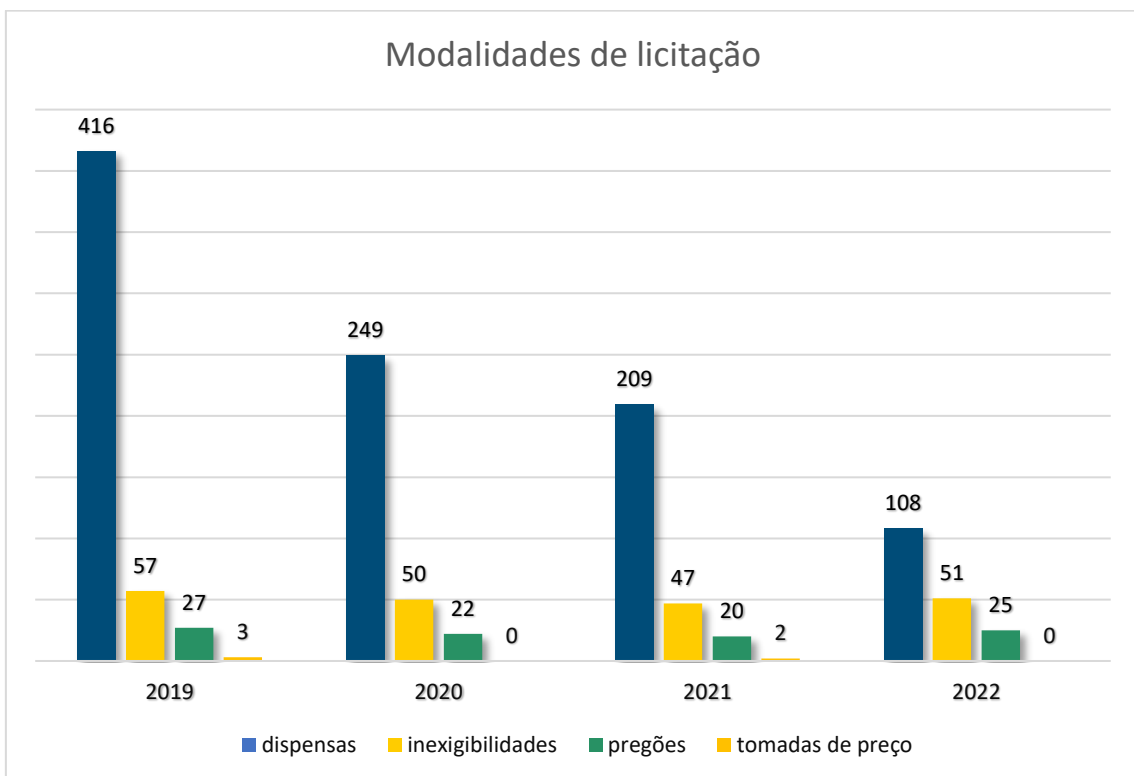
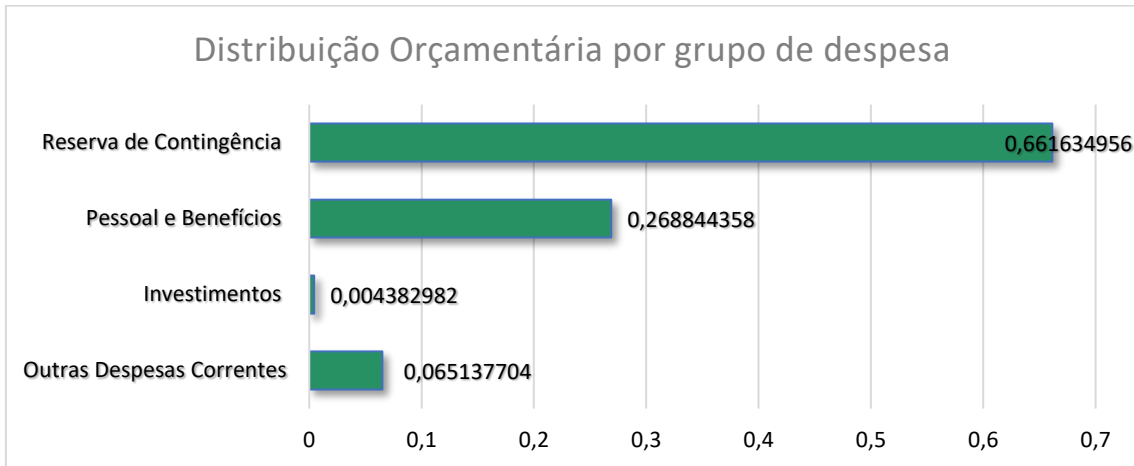
Nota: (*) Do percentual destinado ao DF e Municípios Afetados pela Atividade de Mineração, está suspensa a distribuição das Estruturas de Mineração desde maio/2021, motivada pelo ACÓRDÃO Nº 2.807/2021 - TCU - Plenário (Medida Cautelar), que a Diretoria Colegiada da ANM, suspendeu os esses repasses até que seja apreciada a avaliação das normas da ANM pelo TCU.

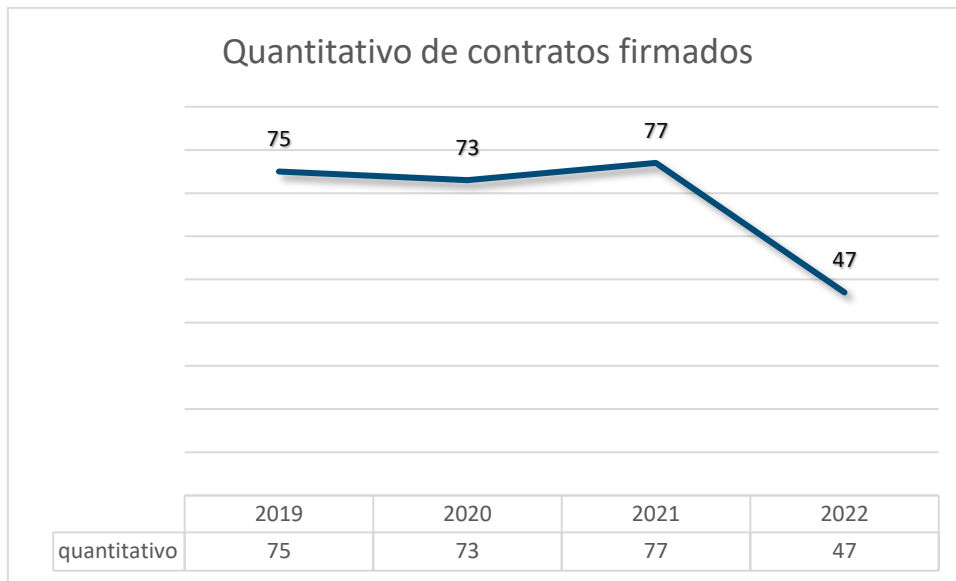


ADMINISTRAÇÃO

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

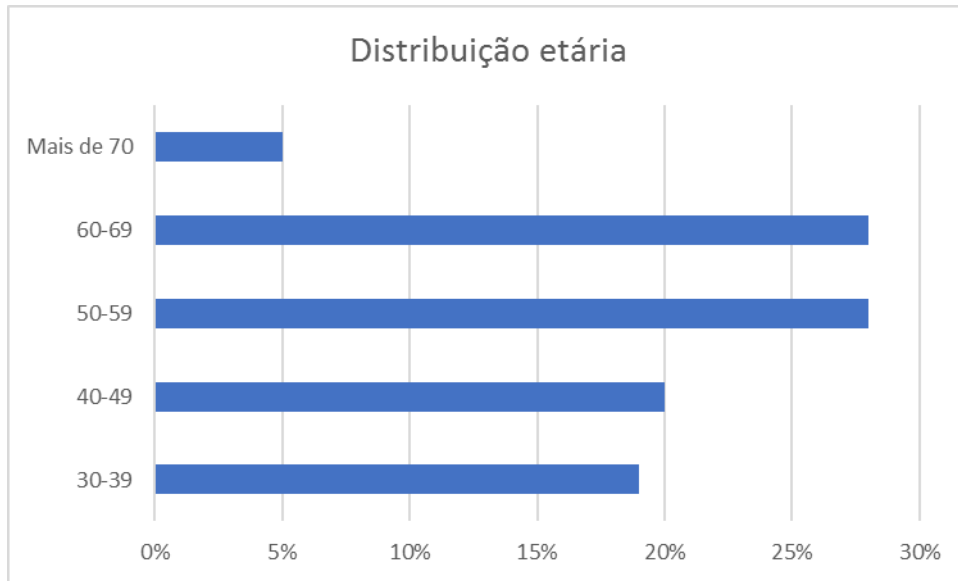






GESTÃO DE PESSOAS

QUADRO-RESUMO PESSOAL ATIVO	
CARGO	QUANTITATIVO
ESPECIALISTA EM RECURSOS MINERAIS	238
ANALISTA ADMINISTRATIVO	77
TÉCNICO EM ATIVIDADE DE MINERAÇÃO	39
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	66
PEC SUPERIOR FINALÍSTICO	73
PEC SUPERIOR ADMINISTRATIVO	8
PEC INTERMEDIÁRIO FINALÍSTICO	27
PEC INTERMEDIÁRIO ADMINISTRATIVO	134
PEC AUXILIAR	2
TOTAL GERAL	664



DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL - 2022	
MÊS	VALOR
JAN	18.279.685,38
FEV	18.697.689,39
MAR	18.339.121,76
ABR	18.969.723,85
MAI	18.402.329,42
JUN	24.190.708,39
JUL	18.153.107,06
AGO	18.021.063,41
SET	18.177.536,06
OUT	18.878.898,88
NOV	35.347.315,67
DEZ	21.777.840,62
TOTAL	247.235.019,89



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na área de infraestrutura e suporte de tecnologia da informação, os processos de contratos em licenças de software, segurança da informação, nuvem, serviços de suporte e manutenção, consultoria e telecomunicações totalizaram R\$ 9.753.689,21 em despesas de custeio.

Na área de manutenção e desenvolvimento de software, foi aplicado um total de R\$ 6.085.211,60, divididos entre os contratos de serviço de desenvolvimento de sistemas 27/2020 (Squadra Tecnologia S/A, vigência jan/2022-jun/2022) e 11/2022 (G4F Soluções Corporativas Ltda., vigência jun/2022-dez/2022).

Na área de infraestrutura de tecnologia da informação: contratação de licenciamento Microsoft, que viabiliza serviços e aplicativos atualizados para utilização pelos usuários finais e para sustentação do ambiente tecnológico. Valor total da contratação: R\$ 8.512.254,28 (36 meses).

Na área de manutenção e desenvolvimento de software: contratação da empresa especializada na prestação serviços técnicos especializados de desenvolvimento e manutenção de software utilizando metodologias e equipes ágeis. Valor da contratação: R\$ 10.919.012,83.



DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO





ANM

Agência
Nacional de
Mineração